

Política Interna de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)

1. Objetivo Esta política tem como objetivo orientar todos os membros da equipe quanto ao correto tratamento, uso e proteção de dados pessoais em conformidade com a LGPD, garantindo a segurança, confidencialidade e respeito à privacidade dos titulares.
2. Abrangência Aplica-se a todos os colaboradores, prestadores de serviço e parceiros que, de alguma forma, tenham acesso a dados pessoais no âmbito das atividades da empresa.
3. Princípios de Tratamento de Dados Todos os membros da equipe devem observar os seguintes princípios: - **Finalidade**: utilizar os dados apenas para os propósitos específicos e legítimos definidos pela empresa.
 - **Necessidade**: coletar e utilizar somente os dados estritamente necessários.
 - **Transparência**: garantir clareza nas informações prestadas aos titulares sobre o uso dos seus dados.
 - **Segurança**: adotar medidas técnicas e organizacionais para proteger os dados contra acessos não autorizados.
4. Responsabilidades da Equipe - Tratar os dados pessoais de forma ética e responsável.
 - Manter sigilo sobre qualquer dado acessado no exercício da função.
 - Não compartilhar dados pessoais com terceiros sem autorização expressa da empresa.
 - Utilizar apenas sistemas e canais oficiais da empresa para armazenar ou transmitir dados.
 - Reportar imediatamente qualquer incidente de segurança (perda, vazamento ou uso indevido de dados) ao encarregado de proteção de dados (DPO).
5. Armazenamento e Compartilhamento - Dados pessoais devem ser armazenados apenas em locais autorizados pela empresa.
 - O compartilhamento interno deve ser restrito apenas a quem realmente precisa dos dados para executar sua função.
 - O compartilhamento externo só poderá ocorrer quando houver base legal (contrato, obrigação legal, consentimento ou legítimo interesse) e mediante autorização da direção da empresa.
6. Sanções O descumprimento desta política poderá resultar em medidas disciplinares internas, além de possíveis responsabilizações administrativas, civis e penais previstas em lei.
7. Vigência Esta política entra em vigor na data de sua publicação e deve ser revisada periodicamente para garantir sua conformidade com a legislação vigente.